

Memória

CHILE - Santa María de Iquique

Sergio Grez Toso, Le Monde diplomatique Brasil

quarta-feira 12 de março de 2008, postado por [Dial](#)

Dezembro 2007 - [Le Monde diplomatique Brasil](#) - Em 21 de dezembro de 1907, no extremo norte do Chile, centenas de trabalhadores chilenos, peruanos e bolivianos foram massacrados pelo exército e a marinha. Foi assim que o governo oligárquico reprimiu violentamente um movimento social espontâneo

Naquele início de século 20, às vésperas do primeiro centenário da independência nacional, a “questão social” no país não podia ser mais premente. Nas minas de salitre-do-chile, prata, carvão e cobre, nas empresas portuárias, nas fábricas de Santiago, de Valparaíso, de Viña del Mar, de Concepción e outras cidades, uma classe trabalhadora que começava a aderir às ideologias do socialismo e do anarquismo encontrava-se em plena formação. Desde 1903, diante da proliferação de greves e movimentos de protesto, o Estado, preocupado com a manutenção da ordem social, reagiu às reivindicações proletárias com sucessivos massacres [1].

Tanto a classe dirigente como o Estado gozavam na época de um contexto global de grande prosperidade. Mas a desvalorização da moeda fez desabar o valor de câmbio do peso chileno de dezoito para sete centavos, provocando uma forte elevação no preço dos alimentos. A despeito da degradação de seu nível de vida e das duras condições de trabalho, as reivindicações dos operários do salitre-do-chile [2], da província de Tarapacá, no fim de 1907, eram um tanto quanto modestas. Eles exigiam receber o salário em moeda legal, não em vales. Emitidos pelas empresas, estes só podiam ser trocados pelos produtos disponíveis nos estabelecimentos comerciais (*pulperías*) das próprias empresas, a preços mais altos que do mercado livre.

Outras reivindicações a essa se juntavam: liberdade de comércio, para evitar esse tipo de abuso; estabilidade salarial, utilizando como norma o equivalente a dezoito centavos (*peniques*) por um peso; proteção para os trabalhos mais perigosos, a fim de evitar os inúmeros acidentes fatais; criação de escolas noturnas para os trabalhadores, financiadas pelas empresas. Nas empresas portuárias, ferroviárias e manufatureiras, os trabalhadores de Iquique – um dos portos mais importantes na exploração do salitre-do-chile – exigiam que seus parcos salários fossem aumentados, a fim de compensar a diminuição do poder de compra acarretada pela desvalorização monetária. Quase todo mundo – tanto no pampa [3] como em Iquique – estava de acordo em exigir a mudança para dezoito centavos.

Em 4 de dezembro, mais de trezentos trabalhadores da estrada de ferro que transportava o salitre-do-chile entraram em greve em Iquique. Poucos dias depois, os trabalhadores portuários fizeram o mesmo e, então, os de inúmeras indústrias. Mas as concessões de alguns patrões e a falta de coordenação entre os grevistas enfraqueceu o movimento.

Em pouco tempo, a situação mudou radicalmente. Em 10 de dezembro, foi a vez dos trabalhadores da *oficina salitrera* [4] de San Lorenzo iniciarem uma greve e, dois dias depois, diante da recusa da empresa em atender suas exigências, um punhado deles se dirigiu à *oficina* mais próxima, Santa Lucía, a fim de paralisar suas atividades. O exemplo foi imitado e assim, percorrendo o deserto mais árido do mundo, os trabalhadores ampliaram o movimento. Nos dias que se seguiram, cada vez mais *oficinas* viram suas atividades paralisadas. Os trabalhadores avaliavam que, para conseguir ter suas reivindicações atendidas, teriam de seguir até Iquique, onde se encontravam representantes de companhias inglesas, chilenas, alemãs, espanholas e italianas que obtinham enormes lucros graças à exploração da fabulosa riqueza do nitrato espoliada pelo Chile do Peru e da Bolívia, durante a Guerra do Pacífico (1879-1884).

Após ter marchado por toda a noite, o primeiro grupo, com cerca de 2 mil trabalhadores, entrou na cidade no domingo, 15 de dezembro, ao alvorecer. O intendente [5] provisório Julio Guzmán, substituindo o demissionário Carlos Eastman, conversou com os trabalhadores do pampa e os representantes dos patrões. Guzmán tentou convencer os trabalhadores a ir embora, deixando em Iquique uma delegação para participar das negociações. Como os trabalhadores se recusaram a deixar a cidade enquanto suas reivindicações não fossem satisfeitas, as autoridades viram-se obrigadas a alojá-los na escola Domingo Santa María.

Entrementes, milhares de trabalhadores do pampa – alguns levando mulheres e crianças – continuavam a afluir, de trem e a pé, para Iquique. Sua presença trouxe ânimo renovado à greve dos trabalhadores da cidade, que, em 16 de dezembro, se uniram aos trabalhadores salitreiros, constituindo desse modo um Comitê Central do Pampa e do Porto Unidos, órgão diretor de todas as greves. Nesse mesmo dia, o governo do presidente Pedro Montt deu uma ordem às autoridades locais para impedir a chegada de novos *pampinos* [6]. Grandes contingentes militares foram enviados a Iquique. Em um dos navios vindos de Valparaíso se encontrava o intendente Carlos Eastman, reintegrado a seu posto, e o general do exército Roberto Silva Renard [7].

Após ter desembarcado em Iquique – 19 de dezembro –, Eastman se encontrou de um lado com os dirigentes grevistas e, de outro, com os dirigentes da Combinación Salitrera, uma associação patronal. Embora eles se dissessem dispostos a estudar as exigências dos trabalhadores, os patrões se recusavam a discutir sob pressão. Se o fizessem sob aquelas condições, declararam, “perderiam seu prestígio moral, o sentimento de respeito, que é a única força do patrão diante do trabalhador” [8]. O impasse se prolongou pelos dias 20 e 21 de dezembro.

Ainda no dia 21, pouco antes das duas da tarde, diante do fracasso de todas as tentativas de mediação, Eastman comunicou por escrito ao general Silva Renard a ordem de mandar evacuar a escola Santa María, onde se achavam cerca de 5 mil grevistas, aos quais se somavam quase mais 2 mil outros, reunidos na praça Montt, em assembléia permanente diante do estabelecimento. O comitê de greve se recusou a abandonar o local e se dirigir ao hipódromo. Silva Renard mandou trazer duas metralhadoras e postá-las diante da escola. Ao fim de meia hora de discussões infrutíferas entre autoridades e dirigentes operários, o general se retirou, anunciando que faria uso da força. Não mais que cerca de duzentos trabalhadores abandonaram o local sob os apupos dos companheiros.

Às quinze para as quatro começou o fogo das metralhadoras, seguido de descargas contínuas de fuzis. As balas atravessaram vários corpos e os frágeis muros da escola. Assim que os tiros cessaram, a infantaria invadiu o prédio, atirando nos trabalhadores. Os que fugiram foram perseguidos a cavalo pelos militares. Os detidos – de 6 mil a 7 mil – foram conduzidos às pressas para o hipódromo pelos soldados, que aí cometeram novos assassinatos.

No que diz respeito ao número de vítimas, o governo não admitiria mais que 126 mortos e 135 feridos, mas a imprensa operária e inúmeras testemunhas corrigiram essas estimativas para uma quantidade bem maior. As autoridades provinciais organizaram rapidamente a volta das pessoas do pampa para seus locais de trabalho e o governo central pôs barcos à disposição dos que quisessem se dirigir ao centro do país. Paralelamente, a censura da imprensa foi oficializada, ao mesmo tempo em que se iniciava a perseguição dos dirigentes trabalhistas – em especial anarquistas – que haviam conseguido escapar. Inúmeras prisões se seguiram.

A “grande greve” de Tarapacá foi violentamente reprimida pelo Estado sem que houvesse ocorrido a menor demonstração de violência por parte dos trabalhadores. Até o golpe de Estado de 1973, o massacre da escola Santa María entrará para a memória como a página mais negra do movimento operário chileno.

Mas por que uma matança dessas? O general Silva Renard justificou sua ação. Ele pretendeu ter dado a ordem de abrir fogo convencido de que não era “possível esperar mais tempo sem pôr em perigo o respeito e o prestígio das autoridades e da força pública” [9].

No debate que se seguiu na Câmara dos Deputados, o liberal Arturo Alessandri Palma defendeu que

nenhum ato que exigisse a repressão fora cometido em Iquique e que a censura da imprensa decretada pelo governo nada mais era que “medo e covardia”. Medo atávico da classe dominante chilena diante da classe trabalhadora. Mas o massacre não foi resultado de um pânico incontrolável. A decisão de metralhar os grevistas fora adotada previamente à recusa destes em deixar a escola. Rafael Sotomayor, ministro do Interior, reconheceu perante a Câmara dos Deputados: os fatos de 21 de dezembro “não se deveram a um ato não premeditado, cometido por uma imprudência repreensível e desumana. Cada autoridade envolvida, avaliando a amplitude dos sofrimentos que poderiam daí advir [...] calculou muito bem suas decisões [...] e foi preciso recorrer a métodos extremos e dolorosos, que as circunstâncias difíceis tornaram, infelizmente, inevitáveis” [10].

Ainda que pacífico, o desafio lançado pelo movimento operário era intolerável para o poder civil e militar: “Era preciso passar à ação ou bater em retirada sem executar as ordens superiores”, declarou Silva Renard. E acrescentou: “Era preciso fazer correr o sangue de alguns rebeldes ou abandonar a cidade à inteira disposição dos revoltosos que puseram os próprios interesses e salários acima dos interesses maiores da pátria. Ante esse dilema, as forças da nação não hesitaram”.

Tratou-se de uma ação pontual de “guerra preventiva” contra os trabalhadores. Mais que uma ameaça em si, a “grande greve” de Tarapacá representava um perigo latente, em função do mau exemplo que teria sido uma atitude de fraqueza por parte do Estado e dos patrões. O *leitmotiv* das autoridades foi a manutenção da ordem pública pretensamente ameaçada pelos grevistas. O próprio ministro do Interior confessou ter advertido as autoridades locais da “necessidade de fazer respeitar a ordem pública a todo preço, seja qual for o sacrifício ocasionado ou o caráter doloroso do método a impor” [11].

A matança foi a expressão mais cínica da ordem oligárquica reinante no Chile no início do século 20. Em toda a história do país, o poder raramente mostrara tanto sua verdadeira cara como nessa ocasião. Ao longo dos anos seguintes, o conflito entre as classes sociais se intensificou. Os trabalhadores mais lúcidos começaram a perceber com mais clareza que o Estado estava do lado dos patrões e que, desse modo, ao mesmo tempo em que reforçavam a autonomia e unidade de suas organizações sociais, eles deviam enfrentar a burguesia para além do domínio da empresa. Foi assim que veio à luz o Partido Operário Socialista (1912); a Federação Operária Regional do Chile, um sindicato anarquista (1913); e o braço chileno do sindicato de orientação sindicalista revolucionária (igualmente anarquista), o Industrial Workers of the World (1919).

Pelo lado da burguesia, acelerou-se a tomada de consciência quanto à necessidade de utilizar prioritariamente as armas da política – leis sociais, políticas assistenciais, diálogo e cooptação – para fazer frente ao movimento operário. A “guerra preventiva” seria apenas mais uma opção em caso de nova necessidade. Foi assim que, na aurora do século 20, a matança na escola de Santa María obrigou os atores do drama social chileno a redefinir suas estratégias para as batalhas que viriam.

Sergio Grez Toso é historiador, diretor do Museu Nacional Benjamín Vicuña Mackenna; diretor do curso de história e ciências sociais da universidade Arcis e professor da Universidade do Chile, em Santiago.

<http://diplo.uol.com.br/2007-12,a2082>

Observações

[1] Sergio González, *Ofrenda a una masacre. Claves e indicios históricos de la emancipación pampina de 1907*, Santiago, LOM Ediciones, 2007.

[2] Fertilizante mineral utilizado na Europa desde meados do século 19, o nitrato de sódio é também conhecido como salitre-do-chile. No início do século 20, o país fornecia 65% da produção mundial de

adubo à base de nitrato.

[3] Pampa: palavra de origem quíchua que significa planície.

[4] Nome dado às empresas exploradoras de salitre-do-chile.

[5] Nessa época, as províncias eram dirigidas por um intendente. Elas se dividiam em departamentos, dirigidos pelos governadores.

[6] *Pampino*: habitante do pampa.

[7] Eduardo Devés, *Los que van a morir te saludan. Historia de una masacre. Escuela Santa María de Iquique, 1907*, Santiago, LOM Ediciones, 1997; Sergio González, *Hombres y mujeres de la pampa: Tarapacá en el ciclo del salitre*, Iquique, Taller de Estudios Regionales, 1991.

[8] Sergio Grez Toso, “La guerra preventiva: escuela Santa María de Iquique. Las razones del poder”, *Mapocho*, n.º50, Santiago, segundo semestre de 2001.

[9] Grez Toso, *op. cit.*

[10] *Idem.*

[11] *Idem.*